

## **A educação geográfica na escola: elementos para exercício desafiante da cidadania**

Prof. Manoel Martins de Santana Filho[1]

### **Nosso objetivo e desejo face às mediações do trabalho docente**

A proposta e necessidade por falar e tratar da geografia escolar e cidadania: de onde vem esta demanda? Esta é uma questão primeira que desejamos considerar. Antes mesmo de desfiar um rol de argumentos para justificar nossas presenças no interior da escola, seja pela necessidade dos saberes geográficos, seja pelo potencial “esclarecedor” de nossa disciplina, ou ainda pela atualidade das questões espaciais, queríamos/queremos refletir por que fazemos desse tema conversa recorrente.

Mais do que revisar brevemente as noções orientadoras de cidadania e educação geográfica – esta última assim adjetivada – entendemos que tal reflexão poderia mobilizar professores e professoras de Geografia a partir da sua própria experiência de cidadania. Desse fazer, resultaria em um balanço a respeito do seu papel social como educador(a), do exercício e condições da prática docente influenciando sua leitura do mundo diante das esperanças depositadas pelos(as) alunos(as) e suas famílias na escola, na aula. De alguma maneira, significa colocar como pano de fundo desse debate as nossas decisões em respeito à escola a luz da noção e da prática da cidadania.

A noção de cidadania, para ser breve, está diretamente subordinada às aspirações da modernidade iluminista no campo político, e claro, com inevitáveis reflexos nas práticas culturais e dos

sistemas escolares. No entanto, vale relacionar o sentido do termo cidadania, antes de tudo, ao conceito de ética e moral. Segundo Japiassú e Marcondes[2] , a ética está associada aos princípios e valores norteadores, “a uma reflexão sobre as razões por se desejar a justiça e a harmonia e sobre os meios para alcançá-las”; a moral já estaria relacionada às práticas, às regras e prescrições para “assegurar uma vida em comum justa e harmoniosa.” Queremos dizer, então, que a cidadania atende ou corresponde a um princípio ético hoje consagrado pelas sociedades democráticas modernas, mas contraditoriamente, estas mesmas sociedades, em última instância orientadas e regidas pelas regras do capitalismo, têm produzido em suas histórias a impossibilidade de garantir a condição de universalidade à noção de cidadania e à sua prática, à sua experiência. Há hoje, em todas as fronteiras nacionais e em múltiplas escalas uma grande parcela da humanidade que sequer pode sonhar com a possibilidade da cidadania, muito menos vivê-la. Estaria a cidadania, então, existente apenas no plano das idéias? Como isto poderia ser interpretado e tratado por nós, geógrafos-educadores(as)? Que efeitos têm nossa prática escolar sobre isto?

É interessante nos aventurarmos pelas respostas tomando em conta alguns aspectos: - as representações e demandas que pesam sobre a escola hoje; - o conhecimento/reconhecimento dos saberes geográficos e suas transformações (quantitativas e qualitativas) para justificar sua relevância educacional, - a prática docente assumida como prática cultural e política. A partir daí, desdobraremos este diálogo iniciando pela idéia de *educação geográfica* relativamente ao ensino escolar público em suas especificidades no meio urbano, na metrópole.

## **Representações (persistentes) e demandas para a escola hoje**

A escola está em crise. É o que escutamos sempre, anunciado numa profusão de discursos, seja na mídia ou nas salas de professores. Mas esta escola doente, o que seria ela? Podemos começar afirmando que a escola somos nós, que nela convivemos, trabalhamos, lutamos. Então, estamos em crise – nossa prática, nossos desejos e nossas utopias. Queremos dizer, aqui, que enfrentamos o tema na perspectiva de uma escola concreta, lugar de vida e conflitos. A instituição escolar com sua história, referenciais teóricos, finalidade social, instância cultural, política e científica deve ser compreendida, estudada, contudo, com atenção ao risco de pensá-la de forma personificada, obra de outros, ou ainda como mera institucional formal. É preciso que a escola seja compreendida e explicada pelos homens e mulheres concretos, e dessa condição de sujeitos, não permaneçamos reféns do olhar externo apenas, da receita pronta e do paternalismo.

Num breve balanço das transformações ocorridas no mundo da cultura ocidental no último século, encontramos inúmeras justificativas para apontar a anacronia da escola, destacar seus limites e fracassos em promover a ciência e qualificar mão-de-obra para essa era do conhecimento – especialmente em países como o nosso. Muitos especialistas também criticam a sua improdutividade econômica, dizem o quanto o modelo científico encontra-se impreciso e equivocado para a complexidade do mundo, bem como a acusam de ser terreno fecundo e responsável para/por exclusão multiforme. Apesar de tudo isso, esta mesma escola ainda permanece como possibilidade de esperança para milhões de brasileiros e de outros povos. Basta testemunhar como em suas representações estão presentes a idéia de realização e conquista, de caminho para

melhoria de qualidade de vida e trabalho, em suma, de ascensão social. Bom, queremos lembrar que, apesar das limitações e agressões políticas que a escola sofre, das suas dificuldades e acertos, nós, que nela vivemos, carregamos uma responsabilidade intransferível da qual não devemos abdicar – o ensino escolar público deve fazer a diferença para grande parcela da população brasileira.

Há nisso tudo um porém: essa escola que se materializa pelo trabalho de tantos é produção da sociedade em seu movimento histórico e como tal, a revela e carrega de contradições. Há determinações internas e externas no seu caminhar, portanto, a sua transformação requer a mudança da própria sociedade em práxis e materialidade. Acreditamos que é dessa compreensão que devemos enfrentar as críticas do mercado e a perspectiva neoliberal, entender e repensar as verdades científicas e, prioritariamente, ouvir e atender com responsabilidade àquilo que tantas famílias aspiram com contribuição nossa para o hoje e o futuro para seus jovens, suas crianças – e por que não, seus adultos.

### **Geografia e Cidadania**

Um mínimo de conhecimento sobre a ciência geográfica, os seus fundamentos e sua evolução conceitual logo nos remete à sua condição de saber estratégico e político. O que nos permite compartilhar a idéia de que a sua produção e o seu ensino carecem inevitavelmente de um projeto de sociedade.

Ao assumir o espaço geográfico como produção da sociedade em seu movimento histórico, temos estabelecida a vinculação com a idéia de cidadania. Especialmente hoje, quando esta condição está praticamente reduzida ao homem/mulher como consumidor(a). Há uma necessidade de que os produtores do espaço

– agrícola ou urbano – nele se vejam e o compreendam para nele viver e não apenas transitar. Estas idéias podem ser reafirmadas segundo a contribuição de Milton Santos em *Pensando o Espaço do Homem* (SP: Hucitec. 1992).

Os saberes geográficos gozam de reconhecida relevância para a leitura e conhecimento do mundo, justificando sua presença no ensino – mas a sua permanência precisa ser ressignificada para não reproduzirmos um disciplinamento vazio, a aceitação de verdades acabadas e a resignação diante das condições extremas de vida (ou de morte). É uma importância que ganha ainda mais destaque diante da complexidade do mundo que, segundo SANTOS[3] , precisa ser interpretado por novas categorias e por um pensamento/conhecimento mais pertinente para a apreensão de sua intensa dinâmica.

O ensino de Geografia assim compreendido indica que a prática docente está carregada de intencionalidade. É prática cultural e política que não tem argumentos para neutralidade, não pode ser produto do acaso ou do improvisado. Também aqui a questão da cidadania tem relevância, afinal, o(a) educador(a)-geógrafo(a) em sua relação dialógica com o educando(a) ensina-aprende-pratica na aula de Geografia, seja qual for a sua estratégia para promover o ensino-aprendizagem. Na complexidade desse ato, as condições concretas de existência e reprodução desafiam os(as) professores(as) a viverem dialeticamente as múltiplas dimensões da vida. Dito de outro modo: ensinar Geografia é prática política e requer do(a) educador(a) que considere as condições de trabalho (suas) e de aprendizagem (suas e dos alunos), e que projete seu planejamento e sua intervenção para além da aula, do livro, do mapa, do exercício.

## **Educação Geográfica: elementos constituintes, função social e suas possibilidades pedagógicas no debate sobre ensino de geografia e cidadania**

A idéia de *educação geográfica* está inspirada na possibilidade de uma linguagem própria da Geografia que precisa ser apreendida e explicitada quando da necessidade de interpretar, explicar e intervir no espaço.

De certa forma, tem relação direta com os conteúdos de ensino. No entanto, vai além deles à medida que não esgota neles sua finalidade. Para melhor explicitar esta idéia parece-nos pertinente refletir sobre alguns pontos.

A tradução dos conhecimentos geográficos na escola não visa à formação de pequenos geógrafos. A promoção e defesa de uma educação geográfica que sirva e oriente as práticas da sociedade civil resultaria de uma transposição didática consciente e refletida na escola. Significa apresentar à sociedade a contribuição dos saberes geográficos para bem ler e estar no mundo na condição de sujeito, a perspectiva desses conhecimentos e a interpretação das ações humanas enquanto produtoras de suas condições de reprodução. Saberes tão relevantes quanto o saber ler e contar para o exercício da cidadania é localizar, localizando-se, não apenas como indivíduo, mas como agente social.

A apropriação de uma linguagem dita geográfica é condição fundamental para o homem contemporâneo. A intensificação de fluxos de informações, do encontro de práticas culturais diversas e dos mecanismos de poder no contexto de um mundo cada vez mais orientado pela lógica do mercado elimina as pessoas, despersonalizando-as, arrancando-lhes pertencimento. Uma

linguagem que pode apresentar elementos de compreensão, resistência e intervenção é a da Geografia. Não exclusivamente, claro, mas está no cerne da identidade da Geografia recuperar o lugar do homem alienado de sua maior produção – o espaço, seja ele a cidade ou o campo e em múltiplas escalas. A socialização dessa cultura na escola passa pela definição de tratar a aprendizagem como processo dinâmico e complexo. Logo, as ações pedagógicas precisam considerar os avanços e a atualização dos conhecimentos pedagógicos, bem como as pesquisas sobre o desenvolvimento cognitivo, dos domínios do pensamento e da linguagem dos educandos. Hoje, já contamos com muitas contribuições dessa natureza que para a prática docente.[4]

Relativamente à abordagem da metrópole na aula de Geografia, temos uma fecunda possibilidade de tornar pertinentes os conteúdos escolares ao tratar da vida cotidiana de milhões de jovens brasileiros. Não na perspectiva de que aprendam expressões como conurbação e região metropolitana, mas que sejam capazes de interpretar o modo de vida que caracteriza a condição urbana da metrópole e, inevitavelmente, os processos agudos de mundialização e exclusão nela contidos. Além disso, será possível discutir o acesso à metrópole, o descobrimento de suas áreas opacas ou luminosas, seus guetos, seus fluxos e suas escalas de ação.

É preciso que esta perspectiva para o ensino de Geografia seja objeto de debate e pesquisa por parte de professores e pesquisadores. Uma agenda desse tema leva-nos por temas como linguagem, representação e narrativas, entendidos e vividos como prática e expressão da leitura do mundo; para investigarmos os conceitos e categorias geográficas que indiquem a identidade da geografia escolar e sua real intervenção no currículo; a compreensão

da gênese e história dos conceitos geográficos em relação aos conteúdos escolares etc.

Poderíamos começar propondo o resgate de experiências docentes e por entender múltiplos aspectos da linguagem da Geografia, porque múltiplas são as dimensões do espaço. Um passo inicial para tratar da geografia que se ensina como componente da vida de homens e mulheres, ouvindo suas vozes e não como um objeto de investigação acadêmica passível de análise técnica, dissecação, mensuração ou monitoramento. Nesse passo, esperamos que o professor possa resgatar sua memória docente, seus planos e aprofundando a leitura e compreensão dos elementos aí encontrados, enuncie seus encontros, seus limites e os caminhos que trilhou. Então, desse lugar, possa desafiar seus formadores (a universidade) ao diálogo e fecundo e respeitoso, e claro, os gestores da escola a conceber processos de gestão que sejam democráticos, coerentes.

Outro desdobramento dessa compreensão requer a pesquisa e debate sobre os referenciais orientadores de *uma aprendizagem por conceitos* para, então, problematizarmos os conceitos geográficos tidos como fundamentais e orientadores dos objetivos e conteúdos de ensino para a escola básica. Para esse caso – a investigação metodológica –, será importante considerar elementos ou indicadores empíricos (materiais, experiências etc.), bem como a rede de singularidades que envolve a aula, os programas de Geografia e os currículos da escola mediatizados pela prática docente. Significa dar importância a uma dimensão muitas vezes esquecida pelo professores, a dimensão pedagógico-didática que junto com os saberes geográficos compõem a formação e o cabedal de conhecimentos do educador-geógrafo.

O desafio está diante dos olhos e dos poros, as possibilidades complexas e muitos sonhos são encontros possíveis. Para finalizar essa breve reflexão, vale apontar outra possibilidade nesse leque de situações a investigar: as práticas das instituições formadoras dos professores. Afinal, se reconhecemos os avanços e o desenvolvimento da ciência geográfica relativamente aos seus conceitos e categorias, também é fato que os conhecimentos pedagógicos têm interpretado as condições de aprendizagem, o desenvolvimento cognitivo e da linguagem e do pensamento, as múltiplas formas de inteligências, bem como produzido importantes análises das políticas públicas para a educação. E se pesquisas têm revelado da escola seus mecanismos de poder, seus componentes ideológicos, a produção da cultura e considerado múltiplas possibilidades e interesses, vale questionarmos: como e quando os licenciandos praticam com seus formadores tais princípios, descobertas e procedimentos? Começemos, então, desde as nossas práticas.

---

[1] Professor Assistente do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, Professor da Escola Municipal Guilherme de Miranda Saraiva (rede pública de Itaboraí – RJ).

[2] *Dicionário Básico de Filosofia*. RJ: Zahar. 1990.

[3] *“Território e Sociedade – Entrevista com Milton Santos”*. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2000.

[4] *Consultem-se os Anais dos Encontros Nacionais de Prática de Ensino, hoje já na oitava edição, bem como os Encontros Nacionais sobre Ensino de Geografia – Fala Professor – promovidos pela AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros)*. Neles se evidenciam especialmente as pesquisas acadêmicas sobre a geografia, mas também é possível conhecer relatos de práticas docentes na educação básica. Sobre as compreensões de aprendizagem e Geografia há pesquisadores que têm investigado com propriedade tais questões – vide bibliografia.